

Projeto vai ser analisado por líderes

São Paulo — Exatamente três dias antes da apresentação do substitutivo prevista para o próximo dia 23, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, submeteu a todas as lideranças partidárias, um esboço do projeto constitucional. A reunião com os líderes foi confirmada ontem por Cabral, após almoço com o governador Orestes Quêrcia, no Palácio dos Bandeirantes.

Segundo o relator (PMDB-AM), sua ideia é que todos os partidos tomem pelo menos conhecimento do "esqueleto" do substitutivo antes de sua apresentação oficial. Cabral prevê que o projeto fique com um mínimo de 200 e um máximo de 250 artigos.

«Para isso, já enxuguei bem o projeto, retirando as matérias de lei ordinária. Agora no dia 13 termina o prazo permitido para o ingresso das emendas populares. Vou, então, estudá-las como contribuições e buscar uma síntese do que pensa a sociedade brasileira», disse o deputado.

Cabral garantiu não ter recebido nenhuma proposta do Palácio do Planalto e muito menos um substitutivo, «até porque, só eu mesmo é que posso fazer um substitutivo, conforme as regras vigentes», afirmou, acrescentando «ter ouvido falar num projeto do Governo entregue ao Prisco Viana, mas eu desconheço».

Consenso

Na opinião do relator da Comissão de Sistematização, deverá ser promulgada uma Constituição realista, «não voltada nem para a direita e nem para a esquerda, mas refletindo o consenso dos constituintes».

As propostas dos grupos suprapartidários e a contribuição dos governadores, também são vistas por Cabral como a suplementação para que se chegue a um documento que sintetize de fato as aspirações do País como um todo.

Opções

Tendo em vista a inexistência de um consenso na Assembleia Nacional Constituinte, quanto à duração do mandato do presidente Sarney e do futuro sistema de Governo, o substitutivo ao atual projeto, deverá apresentar três opções: a de um parlamentarismo puro, a de um presidencialismo puro, e a manutenção do presidencialismo atual ou sua substituição por um parlamentarismo mais valorizado. Quanto à duração do mandato de Sarney, a decisão deverá ser tomada pelo plenário da Constituinte.

Perguntado então como pretendia tratar essas duas questões em seu substitutivo, Cabral explicou: «Pelo que a maioria quiser. O mandato e o sistema de Governo já estão nesse projeto. Minha ideia é fazer três opções. Se não chegarmos a uma maioria nas lideranças, não haverá outra saída. Vou ter de esperar que venha uma emenda a este meu substitutivo».

Mandato

Com relação à duração do mandato do presidente, Cabral explicou: «Até agora não houve nenhuma alteração. A questão do mandato foi mal cuidada. O mandato tem duas vertentes: a política e a jurídica. Pela vertente jurídica, eu defendo o princípio constitucional que rege o assunto. Na vertente política, o que a maioria decidir, eu acompanho».

Bernardo Cabral reafirmou durante sua estada em São Paulo, sua condição de parlamentarista por convicção e não por transição. «O mandato do presidente Sarney para mim tem pouca ou nenhuma importância».

O deputado, que participou ontem das comemorações de instalação dos cursos jurídicos no País, retorna sexta-feira a São Paulo, quando será homenageado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas.

Relator concorda com bancada maior

São Paulo — Se depender do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, o Estado de São Paulo poderá ter aumentada a sua representatividade na Câmara dos Deputados. Essa proposta é do deputado federal Geraldo Alckmin (PMDB-SP), que foi ontem apresentada a Bernardo Cabral pelo governador Orestes Quêrcia, juntamente com outras 35 propostas de emendas ao atual projeto, elaboradas por deputados paulistas e pelo próprio governo do Estado. No total, são 35 emendas, das quais 15 modificando o atual projeto; 12 suprimindo vários artigos; e oito acrescentando outros pontos considerados fundamentais.

Cabral demonstrou "simpatia" por todas essas propostas, tendo, contudo, feito uma análise mais profunda quanto à representatividade de São Paulo na Câmara dos Deputados: «Eu acho que São Paulo deveria ter uns 150 deputados eleitos. Por isso, é preciso que se encontre um denominador comum e que o parlamentar tenha a sua representatividade dentro do número de eleitores, estabelecendo um teto, pois do contrário São Paulo depois, sozinho, vai dominar também o parlamento. Mas ficar como está é uma injustiça para São Paulo. Acho então que é preciso encontrar esse denominador, cuidando apenas para que São Paulo, unido com mais uns dois estados, não tome conta do País. Como é válido aumentar a representação de São Paulo, na esteira virão outros estados também.»

Emendas recebem apoio de 2 milhões



Emenda da Fiesp tem 2 milhões de assinaturas



Para Roberto Campos, reserva fere direitos

Entregue a Ulysses proposta da Fiesp contra a estatização

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu ontem as propostas de emenda popular da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp, com mais de um milhão de assinaturas, contra a estatização da economia e a favor da manutenção do Sesc, Sesi, Senai e Senac na iniciativa privada. O número de assinaturas era tão grande que Ulysses Guimarães teve que deixar o seu gabinete e ir até a entrada da Câmara para receber do presidente da Fiesp, Mário Amato, e de vários empresários, a montanha de pacotes.

«Não sei onde vou arrumar lugar para essa montanha de papéis», disse, bem humorado, Ulysses Guimarães. «Isso é muito bom para a indústria de papéis», respondeu o vice-presidente da Federação, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, coordenador da coleta de assinaturas.

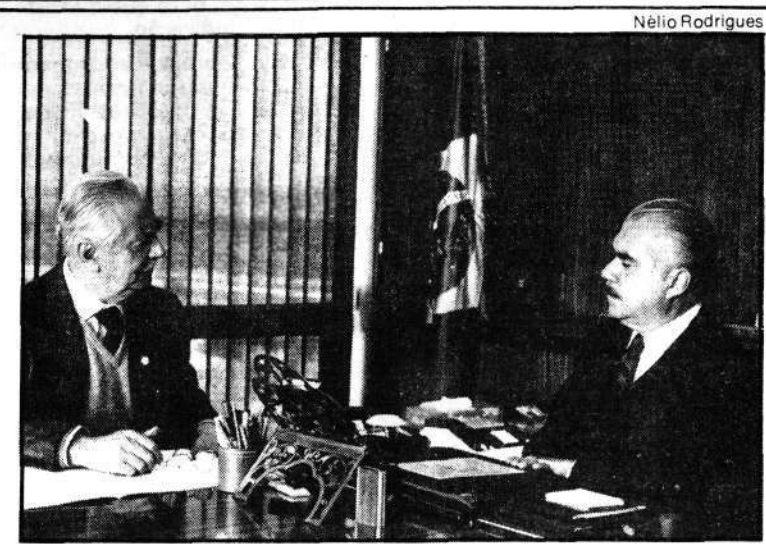
Mário Amato, na solenidade de apresentação das propostas, afirmou que os empresários não querem «nenhum privilégio. Queremos um Brasil forte, irmanado no capital e no trabalho», ressaltou. «Temos a certeza de que o senhor será o nosso homem e que vai fazer aquilo que desejamos: eliminar os focos de miséria, garantir igualdade para todos e a harmonia tão desejada entre ca-

pital e trabalho, num desenvolvimento integrado».

Ainda ao lado do presidente da Constituinte, Mário Amato deu entrevista coletiva à imprensa, afirmando que é contra a estabilidade no emprego, na forma prevista no substitutivo da Comissão de Sistematização. «Defendemos algumas modificações. Em primeiro lugar, achamos que parece importante não se proibir que se trabalhe mais de 40 horas», explicou. «A jornada de trabalho deve ficar a critério da negociação entre empregadores e empregados».

Ele afirmou, ainda, que é contra a dispensa motivada — «tem que haver razões preponderantes para a dispensa» —, mas observou que esses assuntos não devem ser tratados no texto constitucional. «Acho que isso deveria ser tratado somente na legislação ordinária que regulamentará a futura Constituição».

O presidente da constituinte afirmou, por sua vez, que recebia com «muita alegria» a contribuição dos empresários à Constituinte, salientando que as propostas de emendas populares eram «uma demonstração de que o setor produtivo também se associa às reivindicações em benefício do povo brasileiro».



Jânio foi recebido por Sarney e anunciou a aposentadoria

Jânio promete deixar política após mandato

O prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, disse ontem em Brasília que apenas aguarda o final de seu mandato para afastar-se da vida política. «Se o povo brasileiro se transformasse em mulçumano e viesse de joelhos pedir para este Alá assumir novo cargo público, eu não atenderia», enfatizou o prefeito, ao explicar que, por este motivo, não pretende se filiar a qualquer partido político. Jânio disse, ainda, que escolherá entre os nomes do deputado Ulysses Guimarães e do governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, o seu candidato à Presidência da República.

A mesma declaração de que pretende abandonar a vida política já fora feita por Jânio após sua derrota para Franco Montoro, em 1982, na disputa

pelo Governo de São Paulo.

Como de costume, Jânio negou-se a falar sobre o teor da conversa que manteve com o presidente Sarney, em audiência no início da tarde de ontem. Afirmando não estar decepcionado com a política brasileira, o prefeito frisou, entretanto, que, terminado seu mandato, se dedicará à vida familiar. «Estou cansado. Com 77 anos já cumpri o meu dever, e até hoje venho fazendo isso na maior cidade do Brasil, onde há também os maiores problemas», disse ele, acrescentando que não sabe se permanecerá no País, após se afastar da vida pública. «Deixo isso a cargo de minha mulher. Quero apenas ver se me dedico à pintura e à publicação de livros, que, por incrível que pareça, são bem vendidos», concluiu.

Brandão tenta sustar LSN

O líder do PDT, na Câmara, Brandão Monteiro (RJ), e o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) estão recolhendo assinaturas necessárias ao encaminhamento à Mesa da Constituinte de projeto de decisão que suspende os efeitos da Lei de Segurança Nacional até a promulgação da nova Carta Magna. Ao mesmo tempo, Ramos apresentará, à Câmara projeto de lei ordinária revogando, integralmente, a Lei de Segurança Nacional.

«Vamos aproveitar o clima gerado pelo projeto de anistia do Presidente da República a pessoas que nem estão indicadas, mas são acusadas de responsáveis por manifestações contrárias ao chefe do Governo», disse o líder do PDT. Segundo Brandão Monteiro, a proposta do deputado Paulo Ramos é mais extensiva, porque revoga definitivamente a lei. Há, na verdade, trabalho conjunto e tático, porque o projeto de lei é de tramitação mais demorada.

Para Campos, reserva cassa produtores

O senador Roberto Campos (PDS-MT) condenou ontem a «reserva de mercado» para produtos nacionais adotada pelo Brasil, apontando suas desvantagens: interfere com o direito de livre associação do empresário nacional e equivale a uma cassação do direito de produzir daqueles que não são escolhidos pela autoridade.

«A reserva de mercado» — acrescentou Campos em discurso na sessão extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte — «cria cartórios para os beneficiários e cassa os direitos dos demais produtores, além de violar a livre escolha dos usuários. Leva ao isolamento comercial, pois que os outros países podem também reservar-se aos mercados; e tecnológico, porque a velocidade da evolução tecnológica exige constante interpenetração de comércio, investimentos e tecnologia».

O deputado Faralúni Júnior, do PTB de São Paulo, acusou Campos de «entreguista» e de estar fazendo a apologia do capital estrangeiro.

Militar não reage à tese de Lysâneas

A proposta de projeto de decisão anunciada pelo deputado Lysâneas Maciel, do PDT do Rio, para impedir manifestações políticas dos militares, sobre temas em exame na Constituinte, foi recebida com naturalidade pelos assessores parlamentares das Forças Armadas, naquela assembleia.

Nenhum desses assessores quis comentar especificamente a iniciativa de Maciel, mas um assessor admitiu que o parlamentar fluminense parece estar querendo ganhar notoriedade às custas de um eventual incidente político-militar. Dentro desse raciocínio, conforme explicou, é quase certo que ninguém, em nome dos ministros militares, fará qualquer pronunciamento sobre o assunto.

Quando à reclamação de Maciel, sobre supostas interferências dos militares na Constituinte, um dos assessores das Forças Armadas reconheceu, informalmente, que estas têm posição conhecida sobre vários assuntos de seu interesse.

Por sinal, a estratégia dos ministros militares, nessa questão, tem sido a de manter contatos diretos com os constituintes, para uma troca de ideias a mais aberta possível, a respeito dos vários temas de interesse das Forças Armadas.

Temas

A propósito, de acordo com informações de líderes e próceres dos vários partidos que já se avistaram com os ministros militares, existiriam pelo menos dez temas de natureza constitucional, do interesse das Forças Armadas.

Em primeiro lugar, destaca-se a anistia aos militares punidos pelos atos institucionais. Consideram os ministros, injustificável a ampliação dessa anistia, seja para permitir que os punidos recebam salários atrasados ou para fazê-los retornar aos quadros ativos do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Outro tema que sofre objeções, na visão dos ministros, é o da criação do Ministério da Defesa, em substituição aos ministérios correspondentes a cada uma das três Forças.

Também se contesta a tentativa de modificação das finalidades atuais das Forças Armadas, entendendo-se que estas devem zelar, igualmente, pela ordem interna e pela soberania nacional. No que depender das Forças Armadas, não se admitirá, também, a criação de uma nação indígena na fronteira Norte do País, para os índios ianomani.

Por fim, alguns líderes que já se avistaram com os ministros militares ficaram com a impressão de que estes discordam, ainda, em caráter pessoal, da extinção do SNI.

A Comissão Nacional Pró-participação Popular na Constituinte — que reúne 63 entidades — entrega hoje, às 16h00, ao deputado



Ulysses Guimarães, 26 emendas representando mais de dois milhões de eleitores. O recorde de assinaturas é da emenda que defende a Reforma Agrária, inscrita por um milhão duzentos mil eleitores. Antes da entrega das emendas, será realizado um ato público na rampa do Congresso Nacional onde estão sendo esperadas duas mil pessoas vindas de outros estados.

Reforma Agrária e urbana, ensino público e gratuito, direito dos trabalhadores, eleições diretas (já e em 88) e participação popular no Legislativo, são as propostas que mais conseguiram adesões. Só a emenda do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e outras entidades já tem mais de 500 mil assinaturas. A maioria das outras emendas está com a média de 50 mil assinaturas.

O grande entusiasmo dos organizadores é em relação ao respaldo popular dado à emenda da Reforma Agrária, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e Associação Brasileira para a Reforma Agrária (Abra) e outras 16 entidades. O diretor da Contag, André Montalvão, afirma que os constituintes «não poderão deixar de reconhecer a vontade popular».

O regimento interno da Constituinte estabeleceu que cada emenda popular deveria ser subs-

crita por, no mínimo, 30 mil eleitores, entendendo que essa é a média de votos de cada parlamentar. Como a emenda da Reforma Agrária conseguiu um milhão e duzentas mil assinaturas, os organizadores esperam que seja levado em conta que ela representa, em tese, o voto de 40 constituintes.

Capitalismo

A Contag e a Abra afirmam que as propostas da emenda popular defendem em muito os interesses capitalistas. Durval Mota, da Abra, diz que só o fato de estarem excluídas da desapropriação as propriedades, de até três módulos fiscais e as que estiverem compreendendo as finalidades sociais, «90% das terras brasileiras estão fora dos projetos da reforma agrária». Reconhece no entanto que, em proporção, os 10% restantes são muito superiores, mas acha «que a redivisão fortalecerá o próprio sistema de produção».

Defesa

As entidades começam a discutir hoje como será feita a escolha dos defensores das emendas populares na Constituinte. Segundo o regimento interno da constituinte, um signatário de cada emenda popular tem 20 minutos no plenário da Comissão de Sistematização para fazer a defesa. O presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), já informou que anunciará o calendário especial das sessões para a apreciação das emendas populares na próxima sexta-feira. Para ele, mesmo que sejam necessários três dias contínuos de debate «as emendas populares por sua importância no processo de democratização têm que ser defendidas por um de seus representantes».

“Empresa” terá 2 conceitos

A formulação de dois conceitos distintos, um para a empresa plenamente nacional e outro para a empresa nacional de capital estrangeiro, foi a saída encontrada ontem na reunião entre os grupos dos 32 liderado pelo senador José Richa — (PMDB-PR) — e do Consenso (sob a coordenação do deputado Euclides Scalco — (PMDB-PR), para proteger o capital nacional e limitar as remessas de lucros ao exterior na nova Constituição. Do encontro, realiza o Instituto Israel Pinheiro, os parlamentares fecharam acordo sobre os capítulos do Meio Ambiente, Sistema Financeiro e Reforma Tributária, totalizando propostas consensuais sobre sete pontos polêmicos a serem encaminhados ao relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Entre as principais decisões de ontem estão a exigência dos critérios de reciprocidade, mediante acordos internacionais para a participação de capital estrangeiro no

desenvolvimento interno do Brasil que devem ser detalhados em legislação ordinária, a proibição de abertura de novas agências bancárias estrangeiras no País, antes da aprovação daquela legislação e a dependência de aprovação do Senado para a escolha do presidente e dos diretores do Banco Central. Sobre o Sistema Tributário, a opção foi manter a atual formulação do Projeto em discussão no Plenário da Constituinte, que deixa aos Estados a receita do ISS (Imposto sobre Serviços) e aos municípios a arrecadação do IVC (Imposto sobre Vendas e Consignações).

No capítulo do Meio Ambiente mantém-se a criminalização de ações lesivas ao meio ambiente, com a sociedade civil passando a dispor de instrumentos legais para se defender desse tipo de lesão e proíbe-se a construção de usina nuclear e de obras que alterem a ecologia, sem a prévia autorização do Congresso Nacional.

Sessão debate lei trabalhista

A esquerda e a direita voltam a se enfrentar hoje no plenário da Constituinte. E que serão debatidos na sessão extraordinária das 18h30, destinada a temas específicos, os direitos trabalhistas e, a liberdade sindical, dois assuntos que provocaram muita polêmica na comissão da ordem social.

Nessa briga, os progressistas levaram a melhor e conseguiram que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), incorporasse ao anteprojeto de Constituição a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas semanais. São os itens I e IX, do artigo 13, do capítulo II do ante-

projeto, que trata dos direitos sociais.

Parte da esquerda, como o PT, considera que a direita foi contemplada no anteprojeto quando se permite o pluralismo sindical, onde cada categoria profissional poderia ter mais que o sindicato como representante. Além disso, o anteprojeto prevê ainda a organização de associações ou comissões dos trabalhadores nas empresas, sem a filiação sindical, o que facilitaria, na opinião das correntes progressistas, o esvaziamento das lideranças sindicais. As duas posições ficarão bem definidas hoje no plenário, quando representantes das duas correntes forem para o debate.

Sindicalistas são 16

Entre os 559 membros da Assembleia Nacional Constituinte, existem 16 deputados que exercem atividades sindicais, que vão desde os comunistas Augusto Carvalho (PCB-DF) e Edmilson Valentin (PC do B-RJ), até ao petebista Mendes Botelho (SP) ex-presidente do Sindicato dos Ferroviários. Esses parlamentares, independentemente de partido ou de divergências eventuais em algumas posições (a questão da sessão noturna da Assembleia Nacional Constituinte) seus pontos de vista, defendendo o que consideram uma Constituição moderna e que atenda aos in-

teresses das camadas trabalhadoras.

No outro lado estarão os que, desde a Subcomissão da Ordem Social, dizem que a tentativa dos Constituintes chamados «progressistas» é de criar uma situação irreal, sem possibilidade de aplicação e que a maior parte das empresas não pode sustentar. São sobretudo representantes do patronato, como Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, e o deputado Afif Domingos (PL-SP), presidente da Associação Comercial de São Paulo.

Grupo pede reforma “avançada”

O chamado setor progressista da Constituinte, integrado por parlamentares do PDT, PT, PSB, PCB, PC do B e MUP (Movimento Unidade Progressista do PMDB), vai ressuscitar o substitutivo referente à reforma agrária, rejeitado na subcomissão de Ordem Econômica, de autoria do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE). Esta é uma das emendas que o bloco de parlamentares vem elaborando, visando exclusivamente, como frisa o líder do grupo senador Jamil Haddad (PSB-RJ), «avançar nas questões polêmicas do texto constitucional».

O novo grupo vem mantendo reuniões no gabinete do senador e agrega-se assim ao grupo dos 32 e ao Interpartidário, na tentativa de uma nova redação para os temas considerados inconciliáveis. No entanto, ressalta Haddad, as propostas serão mais progressistas que a de seus pares.

Haddad negou também que os

progressistas estejam articulando uma estratégia no sentido de obter a pauta da Constituinte, através da apresentação de emendas de destaque, durante a votação de plenário. Além de apresentar uma emenda extremamente progressista, como a da reforma agrária, afinal rejeitada na subcomissão de Ordem Econômica após manobra dos moderados, o bloco vai apresentar também emendas propondo anistia ampla geral e irrestrita para os militares, supressão do Estado de Defesa e estatização dos bancos.

O grupo, além destes temas, empenha-se ainda na elaboração de emendas sobre as seguintes questões: limite de propriedade rural, conceito de empresa nacional, reserva de mercado, papel das Forças Armadas, Conselho Nacional de Comunicação, propriedade do subsolo, serviço militar voluntário, estabilidade no emprego, jornada de 40 horas e verbas públicas para o ensino.